

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	46
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	49
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	50
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	7.100
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>7.100</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	18.529	18.530
1.01	Ativo Circulante	2	3
1.01.06	Tributos a Recuperar	2	3
1.02	Ativo Não Circulante	18.527	18.527
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.527	18.527
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	5.774	18.526
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	5.774	18.526
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	12.753	1
1.02.01.09.03	Outros Ativos	12.752	0
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	1	1

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	18.529	18.530
2.01	Passivo Circulante	461	463
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	150	150
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	150	150
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	150	150
2.01.02	Fornecedores	277	277
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	277	277
2.01.03	Obrigações Fiscais	34	36
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	34	36
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3	5
2.01.03.01.03	Parcelamentos	31	31
2.02	Passivo Não Circulante	312.426	310.735
2.02.02	Outras Obrigações	18.555	17.931
2.02.02.02	Outros	18.555	17.931
2.02.02.02.04	Partes Relacionadas	18.256	17.629
2.02.02.02.06	Parcelamentos	299	302
2.02.04	Provisões	293.871	292.804
2.02.04.02	Outras Provisões	293.871	292.804
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimento	293.871	292.804
2.03	Patrimônio Líquido	-294.358	-292.668
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-457.850	-456.160
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	41.710	41.710
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.992	-1.992

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.188	-3.041
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-121	-103
3.04.02.01	De Administração	-121	-103
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.067	-2.938
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.188	-3.041
3.06	Resultado Financeiro	-502	-412
3.06.02	Despesas Financeiras	-502	-412
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.690	-3.453
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.690	-3.453
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.690	-3.453
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,23802	-0,48633
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,23802	-0,48633

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.690	-3.453
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.690	-3.453

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-627	-512
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-623	-515
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	-1.690	-3.453
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.067	2.938
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4	3
6.01.02.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-4	3
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	627	512
6.03.02	Variação em Partes Relacionadas	627	512
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	1

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	45.515	-456.299	-1.992	-292.668
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	45.515	-456.299	-1.992	-292.668
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.690	0	-1.690
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.690	0	-1.690
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Exercício	0	0	0	-1.690	0	-1.690
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-231	231	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-231	231	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	45.284	-457.758	-1.992	-294.358

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	45.752	-431.197	-1.992	-267.329
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	45.752	-431.197	-1.992	-267.329
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.453	0	-3.453
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.453	0	-3.453
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Exercício	0	0	0	-3.453	0	-3.453
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-214	214	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-214	214	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	45.538	-434.436	-1.992	-270.782

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-69	-48
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-69	-48
7.03	Valor Adicionado Bruto	-69	-48
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-69	-48
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-1.067	-2.938
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.067	-2.938
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-1.136	-2.986
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-1.136	-2.986
7.08.01	Pessoal	50	56
7.08.01.01	Remuneração Direta	50	56
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2	0
7.08.02.01	Federais	2	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	502	411
7.08.03.01	Juros	502	406
7.08.03.03	Outras	0	5
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.690	-3.453
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.690	-3.453

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	175.547	171.925
1.01	Ativo Circulante	33.300	28.144
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	535	237
1.01.03	Contas a Receber	25.212	20.526
1.01.03.01	Clientes	22.184	17.171
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.028	3.355
1.01.04	Estoques	5.886	5.487
1.01.04.01	Estoques	5.840	5.409
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	46	78
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.667	1.894
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.667	1.894
1.02	Ativo Não Circulante	142.247	143.781
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	21.147	21.805
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	12.752
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	12.752
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	21.147	9.053
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	34.493	34.514
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	5.446	5.352
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	15.577	3.556
1.02.01.09.06	(-) Provisão para Perda	-34.369	-34.369
1.02.02	Investimentos	31.217	31.217
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	31.217	31.217
1.02.03	Imobilizado	89.592	90.456
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	89.592	90.456
1.02.04	Intangível	291	303
1.02.04.01	Intangíveis	291	303

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	175.547	171.925
2.01	Passivo Circulante	358.001	351.871
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.928	12.650
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.928	12.650
2.01.02	Fornecedores	7.747	6.710
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.747	6.710
2.01.02.01.01	Fornecedores	7.747	6.710
2.01.03	Obrigações Fiscais	335.554	330.331
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	335.554	330.331
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias	330.557	325.090
2.01.03.01.03	Imposto Diferido	454	454
2.01.03.01.04	Parcelamentos	4.543	4.787
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	139	156
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	139	156
2.01.05	Outras Obrigações	1.633	2.024
2.01.05.02	Outros	1.633	2.024
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	985	1.265
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	648	759
2.02	Passivo Não Circulante	112.201	113.017
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.151	1.317
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.151	1.317
2.02.02	Outras Obrigações	67.739	67.998
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	29.009	28.939
2.02.02.02	Outros	38.730	39.059
2.02.02.02.06	Outras Contas a pagar	354	354
2.02.02.02.07	Parcelamentos	38.376	38.705
2.02.03	Tributos Diferidos	16.464	16.582
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.464	16.582
2.02.04	Provisões	26.847	27.120
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	26.847	27.120
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	26.847	27.120
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-294.655	-292.963
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-457.850	-456.160
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	41.710	41.710
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.992	-1.992
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-297	-295

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	49.257	47.779
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-39.961	-39.436
3.03	Resultado Bruto	9.296	8.343
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.066	-4.098
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.031	-1.686
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.575	-1.791
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	410	350
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-870	-971
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.230	4.245
3.06	Resultado Financeiro	-6.921	-7.701
3.06.01	Receitas Financeiras	51	37
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.972	-7.738
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.691	-3.456
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.691	-3.456
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.691	-3.456
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.690	-3.453
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1	-3
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,23817	-0,48675
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,23817	-0,48675

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.691	-3.456
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.691	-3.456
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.690	-3.453
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1	-3

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.045	1.781
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.693	-1.909
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	-1.690	-3.453
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.463	1.513
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Contingências	507	0
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	4	-1
6.01.01.06	Participação de Minoritários	-1	-3
6.01.01.07	Encargos Financeiros s/ Empréstimos	36	0
6.01.01.09	Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado Intangível	11	35
6.01.01.11	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos	-119	0
6.01.01.12	Atualização de Passivos Tributários	4.482	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.648	3.690
6.01.02.01	Clientes	-5.017	-4.712
6.01.02.02	Estoques	-431	129
6.01.02.03	Adiantamento a Fornecedores	32	0
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	248	301
6.01.02.05	Outras contas a Receber	1.058	1.552
6.01.02.06	Faturamento Antecipado	0	1.064
6.01.02.08	Depósitos Judiciais	-94	-287
6.01.02.09	Fornecedores	1.037	-694
6.01.02.11	Impostos, Taxas e Contribuições	412	5.538
6.01.02.12	Salários a Pagar e Provisões	278	937
6.01.02.13	Adiantamento de Clientes	-280	588
6.01.02.15	Provisão p/ Contingências	-780	-776
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	-111	50
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-598	-1.090
6.02.01	Variação de Ativo Imobilizado	-597	-1.068
6.02.02	Variação de Ativo Intangível	-1	-22
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-149	-560
6.03.05	Partes Relacionadas	70	-383
6.03.07	Variação Empréstimos e Financiamentos	-219	-177
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	298	131
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	237	613
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	535	744

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	45.515	-456.299	-1.992	-292.668	-295	-292.963
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	45.515	-456.299	-1.992	-292.668	-295	-292.963
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.690	0	-1.690	-1	-1.691
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-231	231	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-231	231	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	45.284	-457.758	-1.992	-294.358	-296	-294.654

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	45.752	-431.197	-1.992	-267.329	-271	-267.600
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	45.752	-431.197	-1.992	-267.329	-271	-267.600
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.453	0	-3.453	-3	-3.456
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-214	214	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-214	214	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	45.538	-434.436	-1.992	-270.782	-274	-271.056

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

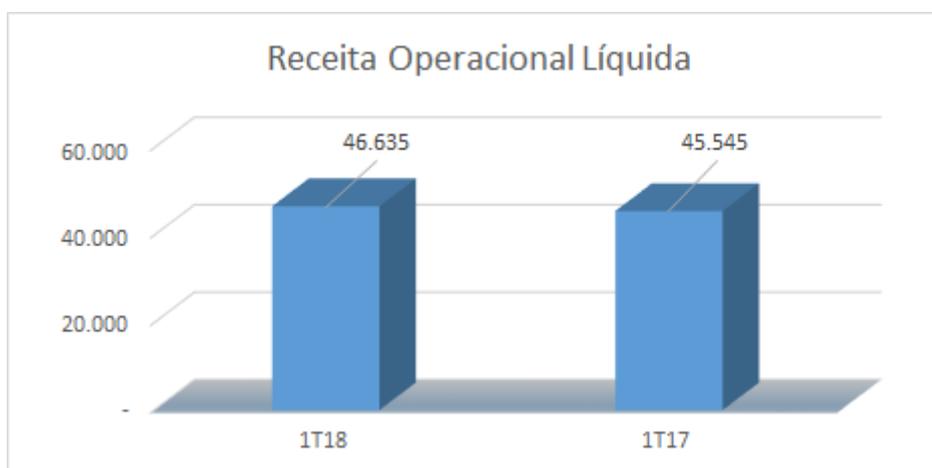
<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017</b>
7.01	Receitas	49.464	48.015
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	49.102	47.682
7.01.02	Outras Receitas	366	332
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4	1
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.065	-20.324
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-15.307	-9.142
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.758	-11.182
7.03	Valor Adicionado Bruto	30.399	27.691
7.04	Retenções	-1.463	-1.513
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.463	-1.513
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	28.936	26.178
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	95	-52
7.06.02	Receitas Financeiras	51	37
7.06.03	Outros	44	-89
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	29.031	26.126
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	29.031	26.126
7.08.01	Pessoal	21.237	18.775
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.554	15.203
7.08.01.02	Benefícios	2.466	2.334
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.217	1.238
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.513	2.814
7.08.02.01	Federais	1.093	1.949
7.08.02.02	Estaduais	1.420	865
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.972	7.993
7.08.03.01	Juros	6.972	7.624
7.08.03.03	Outras	0	369
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.691	-3.456
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.690	-3.453
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-1	-3

**Comentário do Desempenho**

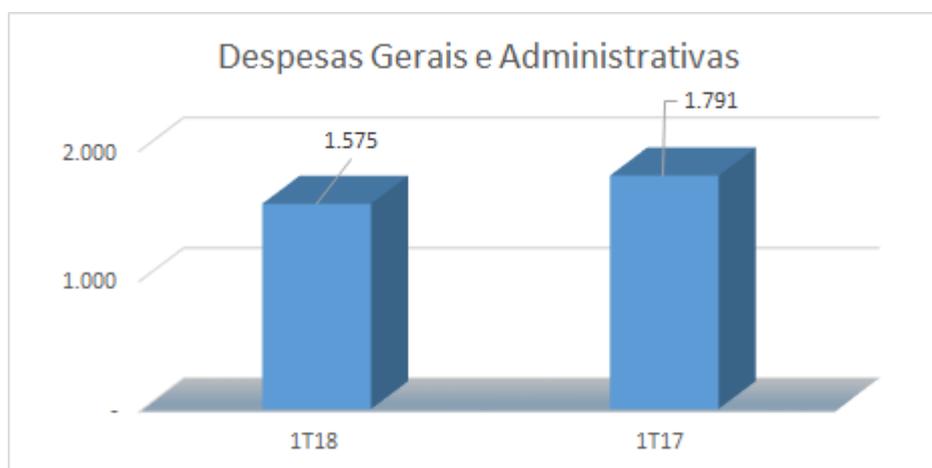
Companhia Aberta  
CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161

**COMENTARIO DO DESEMPENHO DO TRIMESTRE****Receita operacional líquida**

A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, obteve receita líquida de R\$ 46.635 no primeiro trimestre de 2018 e de R\$ 45.545 no primeiro trimestre de 2017. O aumento em torno de 2,39 % na receita líquida da Companhia está relacionada diretamente ao incremento da prestação de serviços para terceiros, bem como dos produtos industrializados.

**Despesas gerais e administrativas**

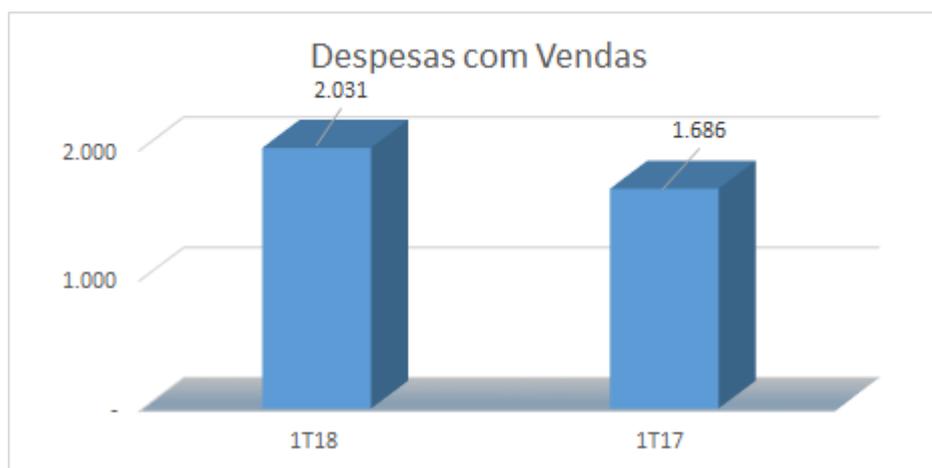
As despesas gerais e administrativas no primeiro trimestre de 2018 totalizaram R\$ 1.575, sendo de R\$ 1.791 no primeiro trimestre de 2017. A redução de 12,06% está relacionada aos esforços realizados pela Administração visando diminuição de gastos com serviços terceirizados e demais gastos administrativos.

**Despesas com vendas**

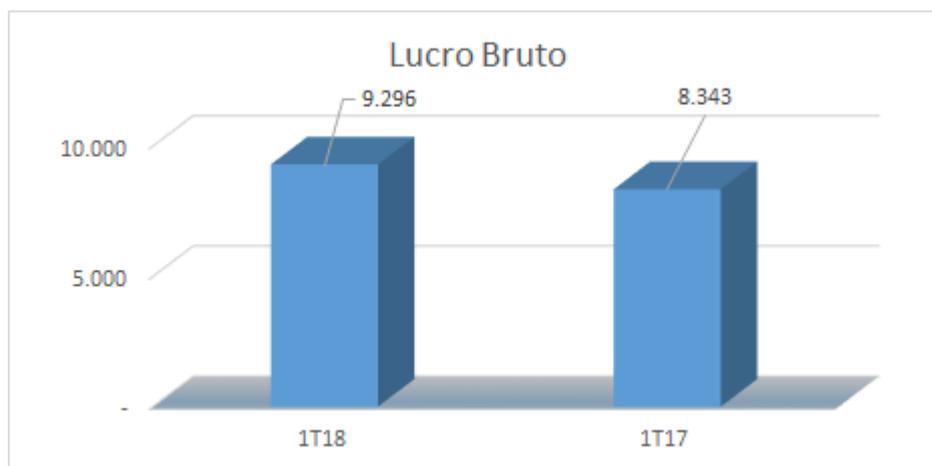
**Comentário do Desempenho**

Companhia Aberta  
CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161

No primeiro trimestre de 2018 as despesas com vendas totalizaram R\$ 2.031 milhões, sendo que no primeiro trimestre de 2017 ficou em R\$ 1.686 milhões, equivalentes a 4,36 % e 3,70 % respectivamente da receita operacional líquida.

**LUCRO BRUTO**

O Lucro Bruto totalizou R\$ 9.296 no primeiro trimestre de 2018, equivalente a 19,93 % da receita operacional líquida. No mesmo período em 2017 alcançou R\$ 8.343, equivalente a 18,32 % da receita operacional líquida.





## **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas às informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

(Em milhares de reais)

### **1 - Contexto operacional**

#### **1.1 - Atividades desenvolvidas**

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

#### **1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional**

As informações contábeis individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (nota explicativa 15).

#### **1.3 - Continuidade operacional**

A administração da Companhia vem atuando fortemente na reestruturação da dívida tributária, e neste sentido, em novembro de 2017 a Companhia e suas Controladas aderiram Parcelamento instituído pela Lei 13.496/2017 - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, permitindo parcelamentos de débitos fiscais vencidos até abril de 2017 com descontos e utilização de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação de débitos tributários.

Na mesma linha, também mantêm em andamento outros parcelamentos especiais, quais sejam: Parcelamentos Especiais das Leis 11.941/09, 12.996/14 e 13.043/14, conforme nota explicativa 15.

Importante destacar, que o passivo tributário federal, reconhecido contabilmente, inclusive o que fora indicado em parcelamentos mantidos pela Companhia, continua sendo objeto do trabalho de revisão.

Este trabalho de revisão busca a adequação da real e devida obrigação tributária que compõem o saldo contábil/fiscal, depois de analisadas dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

As operações da Companhia são em sua maioria referente contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em fase de negociação junto à outra empresa do ramo, cuja expectativa para manutenção e atendimento do contrato mostra-se de forma muito favorável, visto as condições específicas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos



de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS). As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de recria e granja de produção, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

## **2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis trimestrais individuais e consolidadas do período de 31 de março de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

A Administração autorizou, em 14 de maio de 2018, a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao primeiro trimestre de 2018.

## **3 - Resumo das principais práticas contábeis**

### **3.1 Declaração de conformidade**

#### **3.1.1 Demonstrações contábeis consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM).

#### **3.1.2 Demonstrações contábeis individuais**

As demonstrações contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

### **3.2 Consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.



### **3.2.1 Demonstrações contábeis consolidadas**

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

### **3.2.2 Demonstrações contábeis individuais**

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

### **3.3 Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

### **3.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis**

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

### **3.5 Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

### **3.6 Contas a receber**

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.



### **3.7 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

### **3.8 Impostos a recuperar**

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

### **3.9 Demais ativos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

### **3.10 Investimentos**

#### **3.10.1 Participações societárias**

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

#### **3.10.2 Propriedades para investimento**

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 8,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

### **3.11 Imobilizado**

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil



seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### **3.12 Intangível**

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme deliberação CVM n° 644/10.

### **3.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis**

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### **3.14 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### **3.15 Estimativas dos ativos e passivos contingentes**

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

### **3.16 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos**

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

### **3.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.



### 3.18 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

### 3.19 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### 3.20 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

- (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

### 3.21 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

## 4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa	-	-	7	4
Bancos - conta corrente	-	-	528	233
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>535</b>	<b>237</b>



## 5 - Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Mercado interno	-	-	19.520	13.629
Mercado externo	-	-	4.037	4.893
(-) Provisão para perda	-	-	(717)	(714)
(-) Vendas não efetivadas	-	-	(656)	(637)
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22.184</b>	<b>17.171</b>
(-) Adiantamentos de clientes	-	-	(985)	(1.265)
<b>Saldo líquido de contas a receber</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.199</b>	<b>15.906</b>

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais.

## 6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Produtos prontos	-	-	684	545
Produtos em elaboração	-	-	92	92
Matérias primas	-	-	1.338	1.084
Materiais de embalagem	-	-	1.074	1.086
Materiais de manutenção	-	-	2.126	2.129
Vendas não efetivadas	-	-	546	473
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.840</b>	<b>5.409</b>

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência. Através da adoção da deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos acima encerrados o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.



## 7 - Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRRF a recuperar	-	-	2	2
IRPJ a recuperar	1	1	2	3
CSLL a recuperar	1	2	2	2
PIS e COFINS a recuperar	-	-	20	41
ICMS a recuperar	-	-	1.328	1.529
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	111	115
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	-	202	202
<b>Circulante</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1.667</b>	<b>1.894</b>
Crédito prêmio IPI s/ exportações	-	-	34.369	34.369 (a)
(-) Provisão para perda	-	-	(34.369)	(34.369) (a)
ICMS a recuperar - imobilizado	-	-	124	145
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>124</b>	<b>145</b>
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1.791</b>	<b>2.039</b>

### a) Crédito prêmio IPI

O montante de R\$ 34.369 mil refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4. Este processo foi analisado em 31 de dezembro de 2017 pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório indicando a probabilidade de êxito como “possível”.

Tendo como base a avaliação apresentada no relatório dos assessores jurídicos da Companhia do processo em epígrafe, assim como as indicações constantes na norma brasileira de contabilidade técnica geral nº 25 - “NBC TG 25”, aprovada pela comissão de valores mobiliários através da instrução CVM nº 594/09, a Companhia procedeu ao reconhecimento da provisão para perda deste crédito, embora entenda que existe grande chance deste valor ser convertido no futuro.

Nos parágrafos a seguir se relata uma breve explanação sobre o histórico do processo vinculado ao crédito prêmio IPI:

No ano de 2009, com a decisão do supremo tribunal federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do decreto lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo de R\$ 34.369 mil no ativo não circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em



janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Companhia, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de recurso voluntário ao conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, conseqüentemente, não reconheceu o direito ao crédito à controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na ação ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma ação anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo ministério do desenvolvimento indústria e comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª vara federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

## 8 - Outros ativos

O montante de R\$ 12.752 refere-se a saldo de créditos oriundos de transferências financeiras realizadas com a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda, este valor foi reclassificado contabilmente em 2018 devido à ausência de vínculo societário ou qualquer vínculo que possa caracterizar a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda como parte relacionada, devida a avaliação feita para este exercício.

Anteriormente esta operação vinha sendo tratada com “parte relacionada” devido a intenção proposta inicialmente com a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda, todavia as operações não se concretizaram.

## 9 - Investimentos

### a) Participações societárias

Em 31/03/2018 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	99,99%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2017	(214.900)	(77.904)	(292.804)
+/- Equivalência patrimonial	(782)	(285)	(1.067)
Provisão para perda de investimento em 31/03/2018	(215.682)	(78.189)	(293.871)

### b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	31/03/2018			31/12/2017		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	26.554	(7.110)	19.444	26.554	(7.110)	19.444
Máquinas e equipamentos	13.617	(7.461)	6.156	13.617	(7.461)	6.156
Outros	541	(346)	195	541	(346)	195
( - ) Impairment	(2.320)	-	(2.320)	(2.320)	-	(2.320)
<b>Total</b>	<b>46.134</b>	<b>(14.917)</b>	<b>31.217</b>	<b>46.134</b>	<b>(14.917)</b>	<b>31.217</b>



Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2017 foram avaliados por meio de cotação junto a imobiliárias, e desta avaliação não foi identificada necessidade de ajuste por perda de ativo, todavia alguns componentes patrimoniais foram avaliados de forma individual, e desta análise identificou-se R\$ 2.320 de ativos com valores superiores ao de avaliação, todos os ajustes foram devidamente registrados.

## 10 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	31/03/2018			31/12/2017		
		Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	15.593	-	15.593
Prédios	2,50%	69.535	(19.124)	50.411	69.454	(18.646)	50.808
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	50.365	(29.540)	20.825	50.141	(28.726)	21.415
Moveis e utensílios	8,33%	4.303	(2.868)	1.435	4.310	(2.781)	1.529
Computadores e periféricos	33,33%	1.057	(698)	359	1.066	(671)	395
Veículos	20,00%	636	(589)	47	636	(579)	57
Imobilizações em andamento	-	919	-	919	656	-	656
Outros	-	16	(13)	3	16	(13)	3
<b>Total</b>		<b>142.424</b>	<b>(52.832)</b>	<b>89.592</b>	<b>141.872</b>	<b>(51.416)</b>	<b>90.456</b>

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em					Saldo em
	31/12/2017	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	50.808	81	-	(477)	-	50.412
Maquinas e equipamentos	21.415	244	(6)	(828)	-	20.825
Moveis e utensílios	1.529	8	(1)	(103)	-	1.433
Computadores e periféricos	395	1	(4)	(32)	-	360
Veículos	57	-	-	(10)	-	47
Imobilizações em andamento	656	263	-	-	-	919
Outros	3	-	-	-	-	3
<b>Total</b>	<b>90.456</b>	<b>597</b>	<b>(11)</b>	<b>(1.450)</b>	<b>-</b>	<b>89.592</b>

## 11 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	31/03/2018			31/12/2017		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	392	(249)	143	391	(236)	155
Marcas e patentes	-	148	-	148	148	-	148
<b>Total</b>		<b>540</b>	<b>(249)</b>	<b>291</b>	<b>539</b>	<b>(236)</b>	<b>303</b>



A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em				Transf.	Saldo em
	31/12/2017	Adições	Baixas	Amort.		31/03/2018
Softwares	155	1	-	(13)	-	143
Marcas e patentes	148	-	-	-	-	148
<b>Total</b>	<b>303</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>(13)</b>	<b>-</b>	<b>291</b>

## 12 - Empréstimos e financiamentos

Instituição	Encargos	Vcto	Controladora		Consolidado	
			31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	99	117 (a)
Banrisul - consórcio	-	-	-	-	40	39
		<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>139</b>	<b>156</b>

Instituição	Encargos	Vcto	Controladora		Consolidado	
			31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	888	1.056 (a)
Banrisul - Consórcio	-	-	-	-	263	261
		<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.151</b>	<b>1.317</b>

a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

## 13 - Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	277	277	7.747	6.710
<b>Total</b>	<b>277</b>	<b>277</b>	<b>7.747</b>	<b>6.710</b>

Conforme determina a deliberação CVM nº 564/08, a partir de 2015 a administração da Companhia suspendeu o reconhecimento do ajuste a valor presente pelo fato dos fornecedores tratarem-se de operações passivas de curto prazo sobre as quais o ajuste a valor presente não produz efeito relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis.



#### 14 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Provisões de férias e 13º salário	-	-	8.639	7.581
Salários / Pró-labore a pagar	150	150	2.296	2.449
Rescisões a pagar	-	-	16	16
Outras obrigações a pagar	-	-	1.997	2.604
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>150</b>	<b>12.928</b>	<b>12.650</b>

#### 15 - Obrigações tributárias e parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>Obrigações tributárias - Circulante</b>				
INSS	3	4	203.408	201.040
IRPJ / CSLL	-	-	106.073	103.264
PIS / COFINS	-	-	16.290	15.670
ICMS	-	-	1.683	1.702
IRRF	-	1	356	430
FGTS	-	-	366	565
Impostos retidos	-	-	397	396
Outros	-	-	1.984	2.023
<b>Subtotal</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>330.557</b>	<b>325.090</b>
<b>Parcelamentos - Circulante</b>				
Parcelamento - PERT	-	-	1.012	1.006 (a)
Parcelamento - Lei 12.996/14	23	23	1.714	1.736
Parcelamento - Lei 11.941/09	8	8	8	8
Parcelamento - FGTS	-	-	629	628
Parcelamento - ICMS	-	-	1.005	1.336
Parcelamento - IOF	-	-	66	73
Parcelamento - Ordinário	-	-	109	-
<b>Subtotal</b>	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>4.543</b>	<b>4.787</b>
<b>Total - Circulante</b>	<b>34</b>	<b>36</b>	<b>335.100</b>	<b>329.877</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>Parcelamentos - Não circulante</b>				
Parcelamento - PERT	-	-	10.811	11.147 (a)
Parcelamento - Lei 12.996/14	254	255	19.279	19.525
Parcelamento - Lei 11.941/09	45	47	45	46
Parcelamento - FGTS	-	-	6.900	7.000
Parcelamento - ICMS	-	-	839	883
Parcelamento - IOF	-	-	93	104
Parcelamento - Ordinário	-	-	409	-
<b>Total - Não circulante</b>	<b>299</b>	<b>302</b>	<b>38.376</b>	<b>38.705</b>



a) A companhia aderiu ao PERT - programa especial de regularização tributária, concluindo a formalização do pedido de parcelamento em novembro de 2017, todos os efeitos da adesão foram devidamente calculados e registrados.

Abaixo apresentamos um breve resumo dos valores apurados no PERT:

<b>Total dos débitos incluídos no PERT</b>	<b>56.548</b> (i)
( - ) Pagamentos efetuados até dezembro de 2017 (entrada)	(11.332)
( - ) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
( - ) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
<b>Saldo remanescente em 31/12/2017 parcelado em 145 vezes</b>	<b>12.153</b>
Circulante	1.006
Não circulante	11.147
<b>Total</b>	<b>12.153</b>

(i) O montante de R\$ 56.548, regularizado através do PERT refere-se aos seguintes débitos:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
<b>Total</b>		<b>56.548</b>

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se a prejuízo fiscal e base de cálculo negativa utilizados para quitação do saldo remanescente em 31 de dezembro de 2017 dos débitos vinculados à esfera da secretaria da receita federal do Brasil, estes foram regularizados no PERT através da modalidade prevista no parágrafo I, artigo 2, da lei 13.496/17, o qual previa:

*“pagamento em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em até cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou de outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com a possibilidade de pagamento em espécie de eventual saldo remanescente em até sessenta prestações adicionais, vencíveis a partir do mês seguinte ao do pagamento à vista.”*

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se a anistia de multa, juros e encargos legais concedidas através do item “b”, parágrafo II, artigo 3 da lei 13.496/17, o qual previa:

*“pagamento em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante:...*  
*...”item b” parcelado em até cento e quarenta e cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora, 50% (cinquenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas e 100% (cem por cento) dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios;”*

No quadro a seguir consta o racional e memória de cálculo das referidas reduções:



Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R\$
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
<b>Total</b>			<b>46.741</b>	<b>(9.349)</b>	<b>37.392</b>		<b>25.218</b>

### 15.1 Programas de parcelamentos fiscais

A Companhia incluiu a maioria dos passivos tributários existentes em 2009, 2010 e 2013 na MP 470/2009 e nos parcelamentos advindos das leis 11.941/2009 e 12.996/2014, bem como a quitação antecipada de alguns parcelamentos existentes com base na lei nº 13.043/2014, contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída do parcelamento da lei 11.941/2009, por inadimplência. Com a adesão à MP 470/2009 a controlada Companhia Minuano reconheceu a inexistência do crédito prêmio IPI - exportação posterior a 05 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento integral do referido crédito, no exercício de 2006, a controlada o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito. Tal compensação não foi reconhecida pelo Fisco sendo que os referidos débitos são objeto de cobrança. Em momento oportuno, a Controlada estará levando a discussão esse tema, visto que boa parte do valor que originou o referido débito no ano de 2006, foi reformulado mediante a decisão do STF em limitar em 05 de outubro de 1990 o direito ao crédito prêmio IPI - exportação.

#### 15.1.1 Medida provisória nº 470/2009

A Companhia formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na medida provisória nº 470/2009. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de “principal” dos tributos, com benefícios de redução de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante liquidado com créditos tributários de IRPJ e CSLL decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a receita federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela controlada. Tais alegações de inconsistências foram objeto de ação administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento à época.

MP 470/2009	
Passivo tributário objeto da MP 470/2009	61.896
(-) Reduções da MP 470/2009	(24.213)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(37.683)
<b>Total</b>	<b>-</b>

Contudo, conforme assessoria jurídica da controlada indireta, há uma probabilidade possível de exclusão de valores do parcelamento no montante de R\$ 35.279 mil.



### 15.1.2 Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, contudo a validação destas liquidações por parte da receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, ocorrerá no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

<b>Lei nº 12.996/2014</b>	
<b>Passivo tributário parcelado</b>	<b>76.297</b>
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
<b>Total líquido do passivo tributário aderido</b>	<b>27.900</b>

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

### 15.1.3 Lei nº 13.043/2014

Em novembro/2014, a Companhia aderiu a quitação antecipada de parcelamentos previdenciários conforme previsto no art. 33 da MP 651/2014, convertida na lei nº 13.043/2014.

Com esta adesão, a Companhia quitou antecipadamente alguns parcelamentos previdenciários através do pagamento de 30% do saldo existente na data da adesão, bem como com a utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para quitação do saldo remanescente, após o referido pagamento, na mesma data, conforme resumo a seguir:



Lei nº 13.043/2014	
Passivo tributário parcelado	507
(-) Pagamentos da lei 13.043/2014	(152)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(355)
<b>Total</b>	<b>-</b>

## 16- Impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	334	334
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	120	120
<b>Total - Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>454</b>	<b>454</b>
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	12.106	12.193
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	4.358	4.389
<b>Total - Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.464</b>	<b>16.582</b>

## 17 - Partes relacionadas

### a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, tanto de suas controladas diretas como de sua controlada indireta foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 25 de abril de 2018 da seguinte forma:

- a) Minupar - em até R\$ 250 mil;
- b) Sulaves - em até R\$ 250;
- c) Valepar - em até R\$ 250, e
- d) Minuano - em até R\$ 1.200 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração percebida no primeiro trimestre de 2018:

	Controladora	Consolidado
Conselho de administração	23	23
Diretoria executiva	18	180



## b) Operações de mútuo

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado		
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	
Agostinho Carrer Part. Ltda	-	12.752	-	12.752	(i)
Valepar S/A	514	514	-	-	
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-	
<b>Total</b>	<b>5.774</b>	<b>18.526</b>	<b>-</b>	<b>12.752</b>	
Passivo não circulante	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	21.572	22.000	
Companhia Minuano	10.819	10.690	-	-	
Acionistas e outros	7.437	6.939	7.437	6.939	
<b>Total</b>	<b>18.256</b>	<b>17.629</b>	<b>29.009</b>	<b>28.939</b>	

- (i) O montante de R\$ 12.752 referente crédito junto a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda foi reclassificado contabilmente, devido à ausência de vínculo societário entre as empresas (Nota explicativa 8).

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas possuem prazos e juros estipulados para recebimento e liquidação.

## 18 - Provisão para contingência

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. No período se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	Provisão para contingência			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
31/12/2017	13.593	13.246	281	27.120
Movimentação (Adições-Baixas)	(234)	(39)	-	(273)
31/03/2018	13.359	13.207	281	26.847

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de março de 2018, processos judiciais com probabilidade de risco de perda "possível" na quantia de R\$ 69.248, destes R\$ 49.454 relativos a natureza civil e R\$ 19.794 relativos a natureza trabalhista.

## 19 - Patrimônio líquido

### a) Capital social

O Capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 mil (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.



### b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

### c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

### d) Dividendos

Quando aplicável e de acordo com o estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

### e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

## 20 - Cobertura de seguros

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, a vigência do seguro corresponde ao período de abril de 2018 até abril de 2019, conforme demonstrado abaixo no quadro de valores em risco declarados:

Local de risco	Prédio	Máquinas	Mercadorias
Sede Administrativa	3.500	1.540	-
Abatedouros	27.000	36.500	5.500
Fábrica de embutidos	4.800	6.500	1.500
Fábrica de rações	7.000	4.500	1.500
Incubatório	5.000	4.000	300
Central de ovos	1.000	500	-
Granjas	1.800	400	300
<b>Total</b>	<b>50.100</b>	<b>53.940</b>	<b>9.100</b>

No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

## 21 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em



derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a:

**a) Risco de crédito:** É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

**b) Risco de preço:** Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

**c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 18% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

**d) Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

## 22 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada:

	31/03/2018			31/03/2017		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Receita bruta de produtos e serviços	40.402	8.855	49.257	39.402	8.377	47.779
(-) Impostos	(2.467)	-	(2.467)	(2.138)	-	(2.138)
(-) Devoluções	(155)	-	(155)	(96)	-	(96)
<b>Receita líquida de produtos e serviços</b>	<b>37.780</b>	<b>8.855</b>	<b>46.635</b>	<b>37.168</b>	<b>8.377</b>	<b>45.545</b>



### 23 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Salários	-	-	12.237	11.967
Matérias primas	-	-	6.198	6.299
Encargos sociais	-	-	3.080	2.982
Energia elétrica	-	-	2.928	3.029
Manutenção Industrial	-	-	2.409	2.409
Benefícios a empregados	-	-	2.345	2.245
Depreciações	-	-	1.383	1.441
Férias e 13º salário	-	-	2.497	2.312
Serviço de terceiros	-	-	1.235	1.233
Materiais de embalagem	-	-	1.111	1.237
Combustíveis e lubrificantes	-	-	406	369
Locações/Aluguéis	-	-	372	363
Indenizações trabalhistas	-	-	37	109
Equipamento de proteção	-	-	293	341
Taxas e encargos legais	-	-	141	237
Análises laboratoriais	-	-	289	174
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	153	124
Outros gastos	-	-	225	331
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>37.339</b>	<b>37.202</b>

### 24 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Salários	41	47	589	589
Serviço de terceiros	27	27	353	483
Encargos sociais	8	9	112	163
Benefícios a empregados	-	-	118	76
Depreciações	-	-	75	73
Férias e 13º salário	-	-	106	95
Manutenção industrial	-	-	12	12
Viagens e estadias	3	14	20	18
Taxas e encargos legais	2	-	12	33
Telefonia	-	-	17	22
Publicidade e propaganda	35	-	37	3
Energia elétrica	-	-	18	21
Outros gastos	5	6	106	203
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>103</b>	<b>1.575</b>	<b>1.791</b>



## 25 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	1.204	856
Custos aduaneiros	-	-	387	328
Salários	-	-	105	113
Serviço de terceiros	-	-	89	107
Publicidade e propaganda	-	-	83	38
Comissões sobre vendas	-	-	71	45
Provisões para perdas	-	-	-	-
Encargos sociais	-	-	21	34
Telefonia	-	-	20	17
Análises laboratoriais	-	-	-	44
Férias e 13º salário	-	-	22	19
Benefícios a empregados	-	-	8	13
Abatimentos sobre vendas	-	-	-	35
Combustíveis e lubrificantes	-	-	8	4
Viagens e estadias	-	-	5	4
Armazenagem	-	-	-	2
Depreciações	-	-	1	2
Outros gastos	-	-	7	25
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.031</b>	<b>1.686</b>

## 26 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Encargos financeiros	-	-	(22)	(18)
Despesas gerais	-	-	(99)	(179)
Custo na alienação de ativos	-	-	(15)	(34)
Provisão para contingências	-	-	(715)	(426)
Reversão de créditos tributários	-	-	(19)	(314)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(870)</b>	<b>(971)</b>



## 27 - Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Créditos tributários	-	-	195	193
Receitas gerais	-	-	215	154
Receita na alienação de ativos	-	-	-	3
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>410</b>	<b>350</b>

## 28 - Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Juros de atualização de dívidas tributárias	3	36	5.057	5.268
Juros de operações com partes relacionadas	499	376	1.531	1.820
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	4	-
Despesas decorrentes de títulos descontados	-	-	195	433
Descontos financeiros concedidos	-	-	87	16
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	36	62
Juros sobre compra a prazo	-	-	29	31
Variações cambiais passivas	-	-	33	107
Outras despesas financeiras	-	-	-	1
<b>Total</b>	<b>502</b>	<b>412</b>	<b>6.972</b>	<b>7.738</b>

## 29 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Variações cambiais ativas	-	-	34	-
Descontos financeiros obtidos	-	-	4	27
Outras receitas financeiras	-	-	13	10
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>51</b>	<b>37</b>



### **30 - Informações por segmento**

A companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- b) Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades frigoríficas resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

**Notas Explicativas**

	Industrializados		Frigorífico - Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>14.682</b>	<b>14.241</b>	<b>34.575</b>	<b>33.538</b>	-	-
Impostos e devoluções	(2.000)	(1.695)	(622)	(539)	-	-
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>12.682</b>	<b>12.546</b>	<b>33.953</b>	<b>32.999</b>	-	-
(-) Custos	(10.838)	(10.799)	(26.501)	(26.403)	-	-
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.844</b>	<b>1.747</b>	<b>7.452</b>	<b>6.596</b>	-	-
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>						
Despesas administrativas	-	-	-	-	(1.575)	-
Despesas com vendas	(1.962)	(1.629)	(69)	(57)	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	410	-
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(870)	-
<b>RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>	<b>(118)</b>	<b>118</b>	<b>7.383</b>	<b>6.539</b>	<b>(2.035)</b>	-
Despesas financeiras	-	-	-	-	(6.972)	-
Receitas financeiras	-	-	-	-	51	-
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>(118)</b>	<b>118</b>	<b>7.383</b>	<b>6.539</b>	<b>(8.956)</b>	-
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	-	-
CSLL e IRPJ diferidos	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(118)</b>	<b>118</b>	<b>7.383</b>	<b>6.539</b>	<b>(8.956)</b>	-
Atribuído a acionistas não controladores						
Atribuído a acionistas controladores						

ITR - Informações Trimestrais - 31/03/2018 - MINUPAR PARTICIPACOES S.A.

Quantidade de ações em 31/03/2018	7.100
Prejuízo líquido do exercício (consolidado)	(1.691)
Resultado diluído por ação	(0,23817)

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

### 32 - Outras informações

Em assembleia geral ordinária realizada em 25 de abril de 2018, a Companhia elegeu seu conselho de administração, com mandato de 1 ano, composto por: Chao En Ming, Antonio Carlos Rago Cano, Cynthia Christina da Silva Vello e Welinton Balderrama dos Reis, no mesmo dia também foi realizada a primeira reunião do novo conselho de administração, o qual nomeou os membros para diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano, composta por: Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora presidente, Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora, e Sr. Samuel Heydt como diretor de relações com investidores.

Com relação as controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A., em assembleia geral ordinária realizada no dia 25 de abril de 2018, foram eleitos: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente, Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora, e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano, e quanto a controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foram nomeados: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente, Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano.

Antonio Carlos Rago Cano  
Presidente

Welinton Balderrama dos Reis  
Vice-Presidente

Chao En Ming  
Conselheiro

Cynthia Christina da Silva Vello  
Conselheira

**Diretoria Executiva**

Carla Luciane Diedrich  
Diretora Presidente

Margareth Schacht Herrmann  
Diretora

Samuel Heydt  
Diretor de Relações com Investidores

**Contador**

Fernando Ataide Silva Jorge  
Contador - CRC/RS 076618/O-0

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos

Conselheiros e Diretores da

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Lajeado - RS

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Ênfase

##### 1. Provisão Crédito Prêmio IPI

Conforme detalhado na nota explicativa 7.a, o montante de R\$ 34.369 mil, da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Este processo foi analisado pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório indicando a probabilidade de êxito como “possível”. Considerando a avaliação, a Companhia procedeu o registro da provisão para perda deste crédito, com isso, não afeta a posição patrimonial da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

##### 2. Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento

Conforme divulgado na nota explicativa nº 15, a Companhia e sua controlada indireta, possuem parcelamentos de débitos fiscais parcelados previstos na Medida Provisória 470/2009, Leis 12.996/14 (Refis da Copa) e reabertura do parcelamento da Lei 11.941/09 (Refis da Crise), Lei 13.043/14, Lei 13.496/17 (PERT) esses valores que se encontravam no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os quais possuem saldo remanescente R\$ 42.919 mil consolidado em 31/03/2018. Ressalta-se que conforme descrito na nota explicativa nº 15.1.1 o Parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009 junto a Companhia indireta Companhia Minuano de Alimentos, optou em quitar de forma antecipada conforme benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos no parcelamento e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de homologação por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. A manutenção nos demais parcelamentos requer que os pagamentos sejam feitos respeitando as condições previstas em cada um dos parcelamentos, o não cumprimento das obrigações previstas resulta em uma possível exclusão da Companhia e sua controlada indireta dos parcelamentos tributários os quais implicaria em uma exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas. A liquidação destes parcelamentos depende dos pagamentos a serem realizados nos próximos exercícios nos prazos pactuados, sendo assim, não podemos afirmar neste momento que o saldo líquido apresentado nas demonstrações contábeis será liquidado pelos totais divulgados. Em caso das obrigações assumidas com os órgãos federais, não sejam honradas, as dívidas poderão ser recompostas, acrescidos de juros e multa definidos na obrigação original. Desta forma a regularização da dívida tributária da companhia e sua controlada indireta dependerá das medidas que estão sendo desenvolvidas pelos seus Administradores, com intuito de aumentar a geração de caixa, de forma que os parcelamentos sejam honrados nos prazos pactuados e os demais passivos tributários em atraso que totalizam o montante de R\$ 325.771 sejam incluídos em outros parcelamentos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### 3. Continuidade operacional

Chamamos a atenção para as informações divulgadas nas notas explicativas nº 01 e para o fato de que a Companhia incorreu em prejuízo consolidado de R\$ 1.691 mil (R\$ 3.456 mil em 31 de março de 2017) e possui passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R\$ 294.358 mil em 31 de março de 2018 (patrimônio líquido negativo de R\$ 292.668 mil em 31 de dezembro 2017), possui endividamento tributário, conforme nota explicativa 15. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa operacional e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014 e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em abril de 2016 a Companhia Minuano de Alimentos renovou, por prazo determinado, o contrato de prestação de serviço de abates de aves que mantém junto à outra empresa do ramo, o qual está em processo de renovação, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuarem operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

##### Auditoria e revisão dos saldos anteriores

As demonstrações financeiras e informações trimestrais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e trimestre findo em 31 de março de 2017, respectivamente, foram auditadas e revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório dos auditores independentes datados de 19 de março de 2018 e 05 de maio de 2017, respectivamente, sem modificação de opinião e ambos contendo parágrafos sobre a continuidade operacional, realização do Crédito Prêmio de IPI registrado e sobre os passivos tributários parcelados. Adicionalmente na opinião relacionada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, continha como principais assuntos de auditoria "PAA" sobre os assuntos relacionados ao crédito prêmio IPI, PERT – Programa especial de regularização tributária, Propriedade para Investimentos, Provisões e passivos contingentes – consolidado.

Porto Alegre, 14 de maio de 2018.

Sérgio Laurimar Fioravanti

Contador – CRCRS nº 48.601

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2018.

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de março de 2018.

Lajeado, 15 maio de 2018.

Minupar Participações S.A.

Carla Luciane Diedrich

Diretora Presidente

Margareth Schacht Herrmann

Diretora

Samuel Heydt

Diretor de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DE 31 DE MARÇO DE 2018.

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S., relativos às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de março de 2018.

Lajeado, 15 maio de 2018.

Minupar Participações S.A.

Carla Luciane Diedrich

Diretora Presidente

Margareth Schacht Herrmann

Diretora

Samuel Heydt

Diretor de Relações com Investidores